

## Transexualidade, transgênero e disforia de gênero nas páginas do Estadão: uma perspectiva diacrônica

### Transexuality, transgender and gender dysphoria on the Estadão pages: a diachronic perspective

Ana Fukui<sup>1</sup>

Universidade de São Paulo (USP)

[anafukui@hotmail.com](mailto:anafukui@hotmail.com)

<https://orcid.org/0000-0001-8101-7880>

Berenice Bilharinho de Mendonça<sup>2</sup>

Universidade de São Paulo (USP)

[beremen@usp.br](mailto:beremen@usp.br)

<http://orcid.org/0000-0003-1762-1084>

Lia Mesquita Lousada<sup>3</sup>

Universidade de São Paulo (USP)

[liamesquitalousada@gmail.com](mailto:liamesquitalousada@gmail.com)

<https://orcid.org/0000-0002-1170-253X>

**Resumo:** Este artigo estuda as notícias publicadas no jornal Estado de São Paulo, entre 1969 e 2015, sobre transexualidade. Os objetivos consistem em verificar os temas das matérias e identificar as vozes presentes, além de realizar uma caracterização do jornal de acordo com o pressuposto de situação de comunicação da Linguística. Os resultados obtidos indicam um aumento no número de matérias publicadas ao longo do tempo, bem como a ampliação dos assuntos abordados. Enquanto, nos primeiros 20 anos, somente médicos e juristas falam sobre o tema, a partir de 1990, as pessoas transexuais passam a ser ouvidas pelos jornalistas.

<sup>1</sup> Doutora em Linguística Aplicada. Foi aluna de pós-doutorado na Faculdade de Medicina (2019-2022). Bolsista de Jornalismo Científico na FAPESP.

<sup>2</sup> Doutora em Endocrinologia e Metabologia. Professora Titular do Departamento de Clínica Médica, Área de Endocrinologia da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Bolsista de Produtividade Sênior do CNPq.

<sup>3</sup> Doutoranda em Endocrinologia na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo.

**Palavras-chave:** Transexualidade; Jornal; Notícias.

**Abstract:** This paper studies news published in the newspaper Estado de São Paulo between 1969 and 2015 about transsexuality. The objectives consist in verifying the themes of the newspaper articles and identify the voices that are present, besides carrying out a characterization of the newspaper according to the assumption of communicative situation in Linguistics. The obtained results show an increase in the number of articles published over time, as well as the broadening of subjects covered. While in the first twenty years, only doctors and jurists talk about the theme, from 1990 onwards, transsexual people start to be heard by journalists.

**Keywords:** Transsexuality; Newspaper; News.

## Introdução

Os estudos sobre transexualidade têm sido realizados em diferentes disciplinas. No estudo de Carvalho (2014, p.13), é apresentada uma revisão bibliográfica sobre artigos científicos com o objetivo de “[...] articular discussões de gênero para o campo de conhecimento da saúde pública”, com vistas a organizar os cuidados destinados a um grupo populacional específico, o que exemplifica a amplitude que o tema alcança. Nesse sentido, o campo jurídico também é acionado para garantir o acesso e os direitos de transexuais a esses cuidados e ao exercício de uma cidadania plena (Pacheco; Pacheco, 2016; Sturza; Schorr, 2015), e as ciências humanas trazem contribuições sob a ótica da Psicologia (Arán, 2006; Petry; Mayer, 2011) e da Antropologia (Braz; Almeida, 2020; Teixeira, 2012). Estudos na área de Comunicação se voltaram para diversas situações tais como: uma análise de um personagem de TV do programa Zorra Total (Gomes; Gomes, 2015) e o discurso jornalístico e a homofobia (Carvalho; Leal, 2009).

Nesse cenário, o conceito de transexualidade exigiu a construção de novas reflexões teóricas sobre os conceitos de gênero, a fim de discutir o que vem a ser o masculino e o feminino, bem como sobre os tensionamentos entre essas categorias (Butler, 2003), o que impulsionou discussões sobre, por exemplo, uma linguística queer (Borba, 2015), onde se desenvolve a compreensão entre linguagem e sexualidade.

Ao encontro disso, cabe mencionar as representações e os atributos simbólicos da transexualidade, sendo possível citar como exemplo a seguinte manchete publicada em 1984 por uma revista: “A mulher mais bonita do Brasil é um homem”. Pela primeira vez na história do país, a sociedade começou a se deparar com as confusões de gênero em escala midiática” (Bento, 2008, p.11). Segundo a autora, somente nesse período a mídia percebeu que as concepções sobre homens e mulheres começavam a mudar, em meio a questionamentos acerca dos indivíduos e de suas orientações de gênero em curso, e a sair do anonimato e da invisibilidade.

Demorou algum tempo ainda para que as notícias sobre os movimentos LGBTQIA+ ocupassem as páginas do jornal de maneira mais regular e menos sensacionalista. Duas investigações científicas evidenciam um pouco a forma como esse movimento ocorreu. A primeira, de Darde e Morigi (2012),

acompanha e analisa as notícias do Estadão e da Folha de São Paulo publicadas no primeiro semestre de 2011, quando estava em trâmite a lei sobre a união estável homossexual no Supremo Tribunal Federal. A segunda, de Martins (2018), observa os relatos do Estadão sobre a Parada do Orgulho Gay de 2008 e os temas associados a esse evento.

Em ambos os estudos, são realizadas abordagens com recortes temporais pontuais, o que permite questionar: quais seriam os resultados dessa observação se ela fosse realizada considerando um longo intervalo de tempo? É justamente esse o objetivo deste trabalho: entender como alguns conceitos relacionados à transexualidade ocupam as páginas de um jornal de circulação nacional de maneira diacrônica.

Para isso, é preciso delimitar o principal objeto de análise – as notícias e os textos publicados nos suplementos. Uma vez que essas delimitações são justificadas teoricamente, também se mostra essencial circunscrever os fundamentos que permitem interpretar o conjunto de dados obtidos, com o intento de responder às seguintes perguntas: por que as notícias são como são, por que elas foram para as páginas do Estadão e quais implicações essas matérias podem ter? Não se tem a pretensão de esgotar o assunto, mas de apontar recortes possíveis em uma pesquisa em andamento. Para tanto, empregam-se aportes teóricos da Linguística, com ênfase no conceito de situação de comunicação.

## Fundamentação teórica

O acesso às notícias é uma atividade que faz parte do dia a dia das pessoas em uma sociedade democrática, configurando um constante fluxo de informações que tem características próprias:

O jornalismo é uma prática social e uma instituição dialeticamente bidimensionada. Isso quer dizer que coabitam dentro do jornalismo duas dimensões predominantes, que se relacionam dialeticamente. Em uma primeira aproximação, pode-se denominá-las de dimensão público-social e dimensão privado-instrumental. [...] Assim, chega-se, por um lado, a uma dimensão comunicativo-discursiva do jornalismo, representada pelos valores partilhados com a sociedade, que permite ao jornalismo oferecer um serviço de caráter público-social: informações sobre a atualidade, de interesse público, verdadeiras, plurais e factuais. Por outro lado, chega-se a uma dimensão privado-instrumental, representada pelos interesses da exploração do jornalismo para fins meramente econômicos e também de poder. (Spenthof, 2015, p.12)

Esse excerto sintetiza várias das funções de um jornal, bem como as relações dinâmicas entre os dois universos de existência da notícia: o compromisso com a narrativa factual pública e de interesse comum; e o fato de que se trata de empresas e, como tal, visam ao lucro. Além disso, o jornalismo diário é capaz de trazer recortes que representam entidades civis em disputa política, econômica e até mesmo cultural. Portanto, um jornal não constitui uma entidade autônoma, que possui uma existência própria; ao contrário, é um produto de sua época e de dado local e está voltado para determinados grupos da sociedade.

Assim, a matéria-prima do que consta nas páginas do jornal costuma ser um evento do presente ou melhor:

A unidade de análise que é privilegiada pelo jornalismo é o acontecimento. A importância do “imediatismo” como valor fundamental da profissão, bem como o imperativo para os jornalistas de responderem à pergunta básica “o que há de novo?”, combinam-se para levar o jornalismo a privilegiar a cobertura de acontecimentos. (Traquina, 2005, p. 48)

Dessa forma, percebe-se que as notícias estão diretamente associadas ao que é novidade no momento de sua publicação. Outra noção fundamental é a de que sempre existe um fato por trás de uma notícia, o qual se conecta com a realidade – ainda que, em termos teóricos, a notícia não seja espelho do fato, mas uma construção a partir do real.

Nessa perspectiva, uma das formas de interpretar as notícias é por meio do conceito de história imediata, que “[...] surge da apropriação do acontecimento social pelo jornalismo, que o registra como acontecimento jornalístico” (Dornelles; Fonseca, 2013, p.142). De acordo com essa ideia, a notícia passa a ser mais que episódios e novidades cotidianas, configurando-se como dados históricos de uma época, ou seja, como um registro “[...] de acontecimentos ainda em andamento” (Dornelles; Fonseca, 2013, p.139). Com isso, não se esperam desses registros desfechos e conclusões, mas indícios de tendências e possibilidades de acontecimentos posteriores.

Mas o que acontece quando colocamos uma série de “histórias imediatas” encadeadas? Para responder a essa questão, faz-se necessário considerar que o jornalismo se constitui, acima de tudo, como uma narrativa, de modo que, “[...] a partir da serialidade da cobertura de incidentes fragmentados noticiados diariamente pela mídia, o analista pode reconstruir narrativamente o enredo de um acontecimento midiático” (Motta, 2004, p.24). Assim, entende-se que a interação da notícia com o leitor leva naturalmente à elaboração de uma trama de acontecimentos.

Outro elemento fundamental para compreender as notícias é a sua estrutura. Há informações que ocupam a primeira página, com manchetes, e outras ficam reservadas às páginas internas, em cadernos específicos, tais como política, economia, cultura, esportes e geral. Essa divisão reflete a organização dos temas de interesse do público-alvo e do jornal. Além disso, é preciso considerar que alguns jornais trazem suplementos com uma função um pouco diferente das notícias cotidianas:

[...] o suplemento é um espaço especializado, e cada vez mais especializado ele se toma por ser “suplemento”. Como tal, pode ser descartado sem prejuízo do todo. Menor é o número dos seus leitores e maior a variedade de suplementos (infantil, turístico, econômico, etc.). (Santiago, 1993, p.15).

Os suplementos, que costumam aparecer na forma de um caderno editado semanalmente, abrigam assuntos e temas não abordados nas notícias cotidianas do jornal, mas que, ainda assim, captam leitores. Esse caderno tem regras distintas de organização e produção, apresentando artigos que, muitas vezes, são assinados por especialistas convidados pelo jornal.

Para discutir a forma como o Estadão – jornal que constitui o foco desta pesquisa – apresenta as notícias e os suplementos, adota-se neste estudo um recorte teórico da Linguística, pautado na situação de comunicação, que significa:

[...] um quadro de referência ao qual se reportam indivíduos de uma comunidade social quando iniciam uma comunicação. [...]. A situação de comunicação é como um palco, com suas restrições de espaço, de tempo, de relações, de palavras, no qual se encenam as trocas sociais e aquilo que constitui seu valor simbólico. (Charaudeau, 2012, p. 67).

Ao descrever as trocas simbólicas que ocorrem entre as pessoas e o jornal, há a necessidade de delimitar o espaço em que os fenômenos comunicacionais ocorrem, bem como entender quais são os limites que surgem devido à escolha do suporte utilizado. Por exemplo, o rádio e a televisão têm linguagens distintas e condições de contorno próprias: enquanto esta agrega som e imagem, aquele usa apenas som. Assim, a mesma notícia é construída de maneira distinta nos dois veículos em virtude das suas particularidades, o que impõe ainda construções linguísticas distintas. Este trabalho se volta para a imprensa, sendo preciso considerar, portanto, que:

A relação de distância e da ausência física entre as instâncias de troca faz com que a imprensa seja uma mídia que, por definição, não pode fazer coincidir tempo e acontecimento. [...] Essas características próprias ao dispositivo da imprensa permitem compreender porque essa mídia, universo por excelência do legível, é particularmente eficaz; por um lado, nas análises e comentários, nos editoriais, nas tribunas e reflexões, nas crônicas, em tudo o que aprofunda a informações que a coloca em perspectiva e a indaga sobre prováveis consequências dos acontecimentos. (Charaudeau, 2012, p.113-114).

Desse modo, se a comunicação escrita não tem caráter imediatista ao colocar frente a frente os interlocutores, ela é capaz de trazer os pontos de vista de um dos participantes de maneira reflexiva e aprofundada, permitindo, também, especular sobre as consequências e os desdobramentos de um evento, o que costuma acontecer nas diferentes seções de um jornal. Essa situação de comunicação se desdobra em categorias analíticas denominadas dados externos e dados internos.

Conforme explica Charaudeau (2012), os dados externos descrevem uma interação comunicativa a partir de suas regularidades discursivas, caracterizando, portanto, uma interação familiar às pessoas. Em outras palavras, a interlocução flui porque seus participantes compartilham uma série de pressupostos e acordos tácitos que moldam as trocas linguísticas e evitam rompimentos e confrontos acirrados, tais como identidade (*quem troca com quem?*); finalidade (*estamos aqui para dizer o quê?*); propósito (*do que se trata?*); e dispositivo (*que suporte é usado para o ato de comunicação?*) (Charaudeau, 2012).

Os dados internos, por sua vez, lidam com escolhas que incidem sobre o texto diretamente: o espaço de locução, o espaço de tematização e o espaço de relação. A esse respeito, Charaudeau (2012, p.71) explicita que “[...] o espaço de locução é aquele no qual o sujeito falante deve resolver o problema da ‘tomada da palavra’”. No caso de um jornal, trata-se de levar em conta quem são as vozes presentes no texto jornalístico, além do autor da matéria. Essa entrada de pessoas de um mundo real que integram a matéria além do jornalista se relaciona com o espaço de tematização, ou seja, com o local “[...] onde é tratado ou organizado o domínio (ou domínios) do saber, o tema (ou temas) da troca” (Charaudeau, 2012, p.71). Assim, dependendo do assunto, diferentes profissionais são convidados a falar e trazer seu ponto de vista. E o espaço de relação, por sua vez, “[...] é aquele

no qual o sujeito falante, ao construir sua própria identidade de locutor e a de seu interlocutor (ou destinatário), estabelece relações de força ou de aliança, de exclusão ou inclusão, de agressão ou de convivência com o interlocutor” (Charaudeau, 2012, p. 71).

Essa noção, de espaço de relação, pode ser aplicada para compreender as relações entre o Estadão e os seus leitores como voltadas a atender, pelo menos parcialmente, as expectativas dos dois lados. Para um jornal sobreviver, ele precisa estabelecer alianças com os leitores, ainda que não representar toda a sociedade em suas páginas. Ao mesmo tempo, os leitores aderem a um jornal em função dos assuntos e das abordagens presentes regularmente.

## Metodologia

O levantamento de dados para a execução do estudo proposto foi realizado no acervo digital do Estadão (<https://acervo.estadao.com.br/>), considerando os seguintes termos: “transexual”, “transsexuais”, “transexualidade”, “transexualismo”, “transgênero”, “transgêneros”, “disforia de gênero” e “incongruência de gênero”. Essa plataforma disponibiliza todas as edições na íntegra desde a fundação do jornal. Nesses arquivos digitais, existem duas edições: a nacional e a estadual, o que implicou a necessidade de excluir registros em duplicidade.

Em 1969, encontra-se pela primeira vez menção ao termo “transexual” nas páginas do jornal, o que justifica o fato de esta investigação englobar, nas análises, as edições publicadas a partir dessa data, estendendo-se até dezembro de 2015. Este recorte foi necessário para destacar as diferenças entre os períodos de tempo. O projeto de pesquisa, entretanto, se estende até dezembro de 2020 e os dados e as análises ainda estão para ser realizadas. Vale destacar, ainda, que não foram encontrados registros de “incongruência de gênero”, termo incorporado na última Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID-11).

Para este estudo foram selecionadas as matérias publicadas nos cadernos Geral, Política, Cidades, Economia e Empregos – os artigos presentes no caderno Cultura não são analisados neste momento devido às suas particularidades – e nos suplementos dominicais, que apresentaram nomes distintos dependendo da época. Com isso, o corpus de análise é formado por 92 textos.

A organização do material é feita a partir do conceito de análise de conteúdo, onde se leva “em consideração as significações (conteúdo), eventualmente a sua forma e a distribuição destes conteúdos e formas” (Bardin, 1977, p. 43-44). O objetivo desta abordagem “é a manipulação de mensagens (conteúdo e expressão desse conteúdo), para evidenciar os indicadores que permitam inferir sobre uma outra realidade que não a da mensagem”. (Bardin, 1977, p. 46). Dessa forma, o texto do jornal traz em si não somente a notícia, mas também sinaliza uma série de outros elementos que compõem a realidade e estão representados em sua construção, tanto de escolhas lexicais como a maneira com que são organizados. No nosso caso, uma vez que existe um tema, este recorte metodológico possibilita uma identificação de assuntos específicos que surgem em torno das palavras de busca juntamente com as vozes acionadas para dar credibilidade à matéria jornalística.

## Resultados

### *Dados externos*

Para entender a identidade de um jornal que é publicado desde 1875, são considerados dois pontos de vista: as colocações explicitadas no seu Código de Ética e o que as pesquisas acadêmicas mostram sobre as posições assumidas pelo periódico no seu dia a dia acerca de diversos temas, o que permite avaliar se, na prática, há coerência entre o que é proposto e o que é executado pelos editores e jornalistas.

Ao longo de mais de 100 anos, o Estadão preserva uma série de atributos e valores que marcam determinada posição política, econômica, social e cultural. Desde sua fundação, propõe-se a defender a democracia e a livre iniciativa (Estadão, 2020).

Em seu Código de Ética, vários temas são atualizados e desdobrados ante as mudanças históricas ocorridas ao longo do século XX, como a explicitação do compromisso editorial com os Declaração Universal dos Direitos Humanos. Assim, nesse documento, afirma-se que:

- 1) O Grupo Estado defende o sistema democrático de governo, a livre iniciativa, a economia de mercado e um Estado comprometido com um país economicamente forte e socialmente justo.
- 2) Sente-se responsável pela promoção do desenvolvimento humano, político, econômico, social e cultural do Brasil, dando coesão à sociedade civil.
- 3) O Grupo Estado garante aos setores minoritários a manifestação de suas opiniões e condena editorialmente todo estereótipo racial, religioso, étnico e sexual (Estadão, 2020, não paginado).

Como se pode observar nesse trecho, os objetivos declarados do jornal no primeiro item reiteram a defesa de um sistema político que privilegia, em especial, uma participação igualitária de todos os cidadãos, assim como o liberalismo enquanto postura econômica e a ideia de justiça social. Já no segundo item estão descritas as instâncias em que ocorrem as interações entre as pessoas e as instituições. E, por fim, no terceiro item, o jornal afirma assegurar um espaço plural de manifestação em suas páginas, sem que exista margem para preconceitos. Podemos associar este conjunto de dados com ao que Charadeau (2012) descreve como o propósito (*Do que se trata?*) de uma situação de comunicação. Desse recorte, também surge um recorte inicial da identidade (*quem troca com quem*).

Entretanto, historicamente, as escolhas dos editores na construção diária do jornal mostram que houve uma inversão desses princípios, já que o viés econômico, seguindo as regras do liberalismo, sempre figura em primeiro lugar, relegando a segundo plano a defesa da democracia. Tal perspectiva se torna saliente à medida que os dois temas são tensionados nas matérias sobre determinados eventos políticos, como o Golpe Militar de 1964. Assim:

[...] especialmente ao Estadão, a relação com a ditadura era um desafio constante. Apoiaram o golpe de 1964 e o reivindicaram como uma revolução legítima, e continuaram a apoiar as ações repressivas voltadas à manutenção da ordem social. E com tal atitude mostraram os limites do seu amor à liberdade, ou seja, mais importante era a ordem social baseada na propriedade privada. (Motta, 2017, p. 370)

Inicialmente, o jornal apoiou o governo autoritário com o objetivo de defender a economia e as instituições que a sustentavam dentro de um modelo capitalista, ainda que isso implicasse um distanciamento daquilo que diziam ser o mais importante: a democracia. Essa situação foi sustentada pelo jornal até a promulgação do Ato Institucional n.º 5 (AI-5), em 13 de dezembro de 1968, quando um editorial criticou o governo e fez com que as edições daquele número fossem apreendidas. A partir de então, o Estadão mudaria de lado e sofreria intervenções e censuras até 1975.

A distância temporal em relação a esses acontecimentos parece grande. No entanto, como mostram Jácome e Lima (2018), há uma espécie de reedição dos discursos de 1964 em 2016, quando se passou a debater o impeachment de Dilma Rousseff. Em sua pesquisa, a comparação dos editoriais evidencia que:

O discurso conservador é, talvez, a maior característica do jornal e é observada em qualquer opinião do jornal na linha do tempo. O jornal nunca se mostrou simpático a qualquer governo que fugisse da lógica que envolvesse estes elementos: a tradição, a propriedade privada, o mercado, o trabalho subordinado ao capital. (Jácome; Lima, 2018, p.14)

Dessa forma, os autores nomeiam a posição política do jornal a partir do que é defendido em suas páginas, mostrando que ela está presente em dois momentos históricos distintos. Em direção similar, o trabalho de Guilherme (2018) realiza um percurso histórico pelos editoriais do Estadão desde 1930 em busca de indícios que demonstrem como o jornal se posiciona ante diversas questões políticas e sociais. Sobre os debates da Constituinte de 1988, o autor sinaliza que,

No conflito entre capital e trabalho, a grande imprensa, como empresa jornalística dirigida por burgueses e que depende de anunciantes também burgueses para financiar suas contas e pagar o salário de seus empregados, obviamente milita ao lado do Capital. Quando do Congresso Constituinte, o Estadão concitava o empresariado a fazer lobby junto aos parlamentares do “Centrão” contra o avanço das pautas sociais e trabalhistas. Abusando da linguagem beligerante, o jornal postou-se contra diversos direitos trabalhistas como a diminuição da jornada de trabalho, a ampliação da licença-maternidade, a licença paternidade e o aumento do valor da hora extra, vistos como catastróficos para a produção, pois desestimulariam o Capital e gerariam desemprego. (Guilherme, 2018, p.18).

Esse trecho cita mais uma característica da identidade do jornal, o seu público representativo, descrito como a classe burguesa, que detêm os meios de produção e se contrapõe historicamente aos trabalhadores.

Assim, o autor descreve como o jornal é financiado e como isso influencia suas posições políticas, que pendem à valorização do capitalismo em detrimento dos direitos trabalhistas. Essas posturas reverberam também na maneira com que as organizações civis e os movimentos sociais são tratados nas notícias. A esse respeito, estudos acadêmicos evidenciam a tendência a criminalizar os movimentos sociais ou, pelo menos, a ignorar todas as vozes que os representam, como mostram, por exemplo, os trabalhos de Dias (2017) sobre a criminalização dos movimentos dos trabalhadores nos anos de 1960 e de Alves, Macedo e Mantello (2015) sobre um evento de reintegração de posse em 2014.

Esses dados levam a entender o que significa atribuir uma identidade conservadora ao Estadão, ou seja, a delimitar quais são as escolhas ideológicas subentendidas na organização diária do que é publicado. A partir disso, acredita-se que a finalidade – um dos elementos dos dados externos – possa ser explicitada por meio da pergunta: estamos aqui para dizer o quê? Uma parte da resposta já foi dada ao caracterizar a identidade do Estadão e ao mostrar que sua função é estar a serviço do capital e de tudo o que isso implica. É preciso, entretanto, fazer também um recorte sobre a função da imprensa, ou seja, sobre sua finalidade. Nesse sentido, Charaudeau (2012) analisa as condições de contorno da produção midiática e assevera que:

As mídias não são a própria, mas são o espetáculo da democracia [...]. Com efeito, o espaço público como realidade empírica é compósito: desdobram-se, aí, práticas diversas, sendo umas de linguagem, outras de ação, outras de trocas e de organização em grupos de influência. Isso ocorre no âmbito de cada uma das três esferas que constituem as sociedades democráticas: a do político, a do civil e a das mídias. Tais esferas interferem umas nas outras sem que se possa dizer qual delas domina. Assim, os atores de cada uma delas constroem para si sua própria visão do espaço público, como uma representação que tomaria o lugar da realidade. (Charaudeau, 2012, p. 20)

Um dos pontos salientes a respeito da mídia consiste em sua existência como um pilar da democracia, já que é por seu intermédio que se elaboram representações simbólicas de realidades compartilhadas pelas pessoas em diversas instâncias de interação: políticas, sociais, econômicas e culturais. Segundo o autor, uma das formas de legitimar a existência de um espaço público é justamente por meio da visibilidade dada pela mídia aos debates, às trocas e aos acordos que caracterizam um regime que preza por uma cidadania baseada na igualdade entre as pessoas.

Portanto, o Estadão, inserido nessa lógica da mídia, tem o compromisso de fortalecer os instrumentos democráticos de participação, uma vez que sua existência é consolidada por esses princípios, tal como explicitado no Código de Ética apresentado anteriormente. Todavia, há um difícil ajuste a ser construído pelo jornal: é preciso valorizar os fundamentos da democracia juntamente com a defesa de uma posição liberal voltada para o capital. Para resolver essa aparente contradição, o Estadão adota uma defesa incondicional dos direitos individuais, a exemplo do direito à intimidade, à vida e à propriedade, em detrimento dos direitos coletivos, como o direito à associação sindical e à greve:

O jornal da família Mesquita caracteriza-se por defender posições liberais na economia, mas amalgamadas com ideias conservadoras e tradicionalistas, próximas ao positivismo, quando o assunto é a organização da sociedade civil, especialmente dos trabalhadores. Há ênfase numa democracia restritiva, ou seja, vigorosa defesa da “ordem” quando os conflitos sociais questionam os interesses do Capital, uma plutocracia onde haja liberdade ao Capital e legislação autoritária para reprimir os trabalhadores que a questionem. (Guilherme, 2018, p. 220)

Com isso, percebe-se que as notícias colocadas nas páginas do periódico são moldadas tanto pelas regras do jornalismo quanto por uma lógica interna mais sutil, que procura adequar a realidade a um projeto midiático com seus condicionamentos ideológicos. A resposta à pergunta inicial – estamos

aqui para dizer o quê? – indica que o conteúdo veiculado pela imprensa costuma parte de um fato evidentemente filtrado e adaptado pela leitura da redação do jornal.

Como visto, muitas dos estudos estão voltados para questões políticas e econômicas do Estadão. No entanto, a forma como essas tendências se manifesta em temas menos valorizados ou mesmo conhecidos permanece não investigada. É justamente tal lacuna que motivou a escolha do tema deste trabalho: notícias que tratem sobre transexualidade.

### **Dados internos**

O primeiro artigo que faz uso do termo “transexual” foi publicado no dia 23 de março de 1969 em uma matéria sobre um congresso internacional de medicina onde um pesquisador americano palestrou sobre as técnicas de cirurgia plástica em órgãos genitais. (Estadão, 1969, p. 26). A partir de então, o tema em discussão é abordado principalmente sob o ponto de vista da Medicina.

De 1969 a 1989, foram publicados 15 textos em diferentes seções, conforme mostra o Quadro 1, a seguir.

O maior número de textos está na seção Geral, que trata de assuntos que não se enquadram em outros setores. Dos oito textos publicados nessa seção, cinco fazem referência ao Dr. Roberto Farina, que realizou uma cirurgia de adequação de sexo em uma paciente no ano de 1971. Algum tempo depois instaurou-se um processo judicial, já que o procedimento era proibido no Brasil naquela época. As notícias em torno dessa situação foram enfocadas sob o ponto de vista médico e legal. Houve repercussões também no Direito, devido à solicitação de mudança de nome da paciente para o sexo feminino, as quais foram abordadas na Coluna Tribunais, que convidava especialistas a escreverem sobre temas específicos da área. Destacou-se, ainda, uma Carta ao Leitor acerca do tema, que constitui uma defesa ao Dr. Farina.

A única nota que surgiu no corpus de pesquisa dessa época relatou o financiamento pelo INPS de uma cirurgia de adequação de sexo para um paciente, que pela descrição apresentada no texto, parecia se enquadrar mais em um caso de Diferenças de Desenvolvimento Sexual do que em um perfil de dis-

**Quadro 1 – Textos publicados no Estadão sobre transexualidade – 1969 a 1989**

1969 a 1989 – 15 textos		
Seção (n.º de textos)	Assuntos	Vozes
Geral (8)		Médico
Suplemento cultural (2)	Caso Dr. Farina	Procurador da Justiça
Coluna Tribunais (2)	Mudança de legislação	Juiz
Ideias em debate (1)	Comentário sobre legislação	Advogado
Carta ao leitor (1)	Definições e conceitos	Leitor do jornal
Notas (1)		

Fonte: elaborado pela autora.

foria de gênero. (Estadão, 1977, p.24). Talvez, por isso, não houve repercussão deste caso em relação ao do paciente do Dr. Farina.

No suplemento cultural, publicado aos domingos, dois artigos trataram a transexualidade a partir do discurso médico e tiveram como objetivo trazer aos leitores definições e explicações usadas nesse campo para tratar o assunto. Este caderno, como já foi especificado anteriormente, tratava de assuntos que estavam além do cotidiano das notícias, além de ser um espaço onde especialistas convidados registravam seu ponto de vista sobre um determinado assunto. Um dos destaques foram os títulos dados às matérias: “Transexualismo” (Estadão, 1978, p.217) e “A Diferenciação Psicossocial” (Estadão, 1979, p.181). O primeiro deles usou um termo que foi deixado de lado na última classificação internacional de doenças, O CID-11, publicado em 2019. (Soll, 2016). As chamadas fogem à lógica de produção do jornal em que o título procura captar a atenção do leitor. Não há nenhum verbo para indicar ação ou mesmo um adjetivo para indicar com o tema foi abordado. Nos dois casos, os textos produzidos aproximaram-se de uma linguagem acadêmica, inclusive com citações de referências bibliográficas no texto, algo pouco usual no jornal impresso, onde os caracteres são contados um a um devido às limitações de espaço. Essas escolhas indicam que um assunto incomum entre os leitores do Estadão foi tratado se aproximando de um discurso científico, onde se atribui uma maior objetividade e uma avaliação calcada em dados concretos.

O encerramento deste ciclo se dá quando surge a primeira citação direta de uma declaração de uma pessoa trans no jornal. Até então, as fontes citadas pelos jornalistas eram apenas médicos e especialistas do Direito.

No período seguinte, de 1990 a 2009, foram publicados 32 textos. O Quadro 2, exposto a seguir, indica as seções de publicação, os assuntos abordados e as vozes registradas em cada texto.

**Quadro 2 – Textos publicados no Estadão sobre transexualidade – 1990 a 2009**

1990 a 2009 – 32 textos		
Seção (n.º de textos)	Assuntos	Vozes
Geral (17)	Mudança de nome	Pessoas trans
Cidades (5)	Cirurgia e legislação	Médico
Coluna Código Penal (1)	Cirurgia	Psicóloga
Economia, the Wall Street Journal (1)	Políticas públicas	Deputado federal
Nota (3)	Eleição	Representantes institucionais
Capa (1)	Direitos	Ativistas
Aliás (3)	Legislação	Ministro da Saúde
Informática (1)	Criação de entidade	Antropólogos
	Violência	Procurador da Justiça
	Casamento	Juiz
	Definições e conceitos	Advogado
	Personalidade	Sentença do STJ

Fonte: elaborado pela autora.

A primeira notícia desse período traz o ponto de vista de um juiz que autorizou uma mulher trans a se casar no Brasil. Ela havia feito a cirurgia de redesignação sexual no exterior e solicitou uma nova documentação antes do casamento. Nesse contexto, pela primeira vez, são transcritas nas páginas do jornal as palavras de uma pessoa transexual: “Estou realizando um grande sonho da minha vida” (Estadão, 1990, p.10). A partir de então, outras matérias começam a trazer as falas de pessoas trans, ainda que o espaço concedido a tais vozes seja sempre o mesmo: confirmar a narrativa do jornalista e de suas fontes, sem oferecer contrapontos ou recortes originais sobre questões relevantes para o grupo.

É possível notar, além disso, que a quantidade de textos publicados no periódico em relação aos 20 anos anteriores dobrou e que os assuntos tratados se diversificaram, o que levou também a um aumento da pluralidade das vozes registradas. Os dois assuntos mais frequentes, com 14 matérias, foram cirurgia de adequação de sexo e alteração de nome das pessoas trans. No que concerne à cirurgia, discutiu-se, inicialmente, sua legalidade, sendo abordados, em seguida, aspectos relativos ao financiamento e aos hospitais autorizados a realizá-la. Um percurso similar foi adotado pelo jornal em relação ao assunto da mudança de nome, discutido, primeiramente, no que concerne à ordem judicial envolvida em casos como esse e, posteriormente, em sua constituição como um direito. Assim, as falas mais presentes no Estadão continuam sendo as de profissionais ligados ao Direito – juízes, advogados e procuradores – e as de médicos.

Outros conteúdos se tornaram notícia, ainda que, muitas vezes, sob a forma de uma nota de rodapé, como ocorreu com a menção à criação de uma entidade nacional representativa dos transexuais, sem explicitar quais eram os objetivos dessa organização e como ela atuaria. Destacam-se, também, três textos publicados no suplemento dominical *Aliás*, todos assinados por advogados, concernentes aos direitos humanos, ao uso de celas separadas para presos homossexuais e transexuais e à empregabilidade (Estadão, 2009a, p. 199).

Cabe ressaltar, ainda, que a palavra “transgênero” é usada pela primeira vez em 2009, no suplemento *Link*, voltado para a informática. Trata-se de uma matéria acerca de uma jornalista americana que se identifica como transgênero e esteve em visita ao Brasil. Essa matéria narra o processo de transição da jornalista em relação ao exercício de sua profissão e à forma como foi bem recebida pelos colegas (Estadão, 2009b, p. 41). Esta matéria é significativa porque dá espaço para uma pessoa trans expressar suas posições e sentimentos, pela primeira vez, em vez de apenas confirmar o que foi dito pelo repórter. Com isso, considera-se que houve uma mudança que encerra esse período e prepara o terreno para que as perspectivas locais sobre a transexualidade sejam incorporadas ao periódico.

Já de 2010 a 2015, em um intervalo de cinco anos, foram publicados 45 textos. O Quadro 3, a seguir, evidencia as seções de publicação, os assuntos abordados e as vozes registradas nesses textos.

Como se pode observar, mesmo em um intervalo de tempo menor, a quantidade de dados obtida em relação ao período anterior é maior. Além disso, houve um deslocamento no jornal: a maior parte das matérias desse período está no caderno *Cidades*, e não mais na seção *Geral*. O suplemento *feminino* e o caderno *Aliás*, publicados apenas no domingo, tiveram nove matérias publicadas que ocuparam espaços de destaque. Cabe mencionar, ainda, a presença de dois textos sobre a temática emprego e o fato de o jornal ter destacado em suas páginas, uma única vez, as intensas manifestações dos leitores registradas no site do jornal a partir de um artigo sobre a redução de idade mínima para realização da cirurgia de adequação de sexo (Estadão, 2013a, p.13).

**Quadro 3 – Textos publicados no Estadão sobre transexualidade – 2010 a 2015**

2010 a 2015 – 45 textos		
Seção (n.º de textos)	Assuntos	Vozes
<p>Geral (3)</p> <p>Cidades/Metrópoles (28)</p> <p>Metrópoles – nota (1)</p> <p>Feminino (2)</p> <p>Empregos (2)</p> <p>Aliás (7)</p> <p>Política (1)</p> <p>Você no Estadão (1)</p>	<p>Mudança de nome</p> <p>Uso do nome social</p> <p>Cirurgia</p> <p>Família</p> <p>Violência</p> <p>Depoimentos em primeira pessoa</p> <p>Personalidade</p> <p>Moda e desfile</p> <p>Comportamento</p> <p>Políticas públicas</p> <p>Educação</p> <p>Emprego</p> <p>Plano de saúde</p> <p>Comentários dos leitores</p> <p>Crianças trans</p> <p>Conceitos e pontos de vista</p>	<p>Pessoas trans identificadas pelo nome e com foto</p> <p>Personalidades: Léa T, Laerte, Buck Angel</p> <p>Representantes de entidades LGB-TQIA+</p> <p>Antropólogo</p> <p>Grupos de estudos</p> <p>Ativistas</p> <p>Médicos</p> <p>Psicanalistas</p> <p>Advogado</p> <p>Defensor público</p> <p>Pesquisadores acadêmicos</p> <p>Leitores</p> <p>Diário Oficial</p> <p>Colunista do jornal</p>

Fonte: elaborado pela autora.

Nesse período, percebe-se, assim, que os assuntos se diversificaram. Ademais, é possível notar discussões sobre mudança de nome, com notícias sobre a adoção do uso do nome social em diversas situações: nas universidades, em entidades profissionais e no registro de boletins de ocorrência. Algumas personalidades identificadas como pessoas trans também ganham destaque nas publicações, a exemplo da modelo Léa T. e da cartunista Laerte, e o jornal passa a dar espaço para as pessoas trans contarem sua história por meio de narrativas em primeira pessoa, que evidenciam, em alguns casos, as dificuldades de acesso à cirurgia e os benefícios que ela proporciona (Estadão, 2013b, p. 13) e, em outros, a conquista do uso do nome social em seu local de trabalho (Estadão, 2010, p. 41). Constata-se, por fim, a presença de notícias acerca de questões específicas como emprego e educação das pessoas transexuais por meio de políticas públicas que incentivavam a capacitação e o acesso à educação desse público.

Com essa pluralidade de assuntos, as vozes registradas em cada notícia também se modificam. Os representantes do Direito, como advogados e juízes, ainda estão presentes, mas são menos frequentes. Os médicos continuam a ser manifestar sobre as cirurgias, mas, dessa vez, sobre a forma como esses procedimentos têm sido realizados e quais as expectativas dos pacientes em termos de suas vivências cotidianas.

Nesse último período analisado, nota-se, portanto, que os representantes de entidades LGBT-QIA+ passam a ser ouvidos de modo mais frequente, não constituindo apenas uma maneira de ilustrar

a matéria, mas trazendo questões que recebem espaço de destaque. Além disso, o número de estudiosos, entre psicanalistas e cientistas sociais, convidados a se manifestar no jornal aumenta significativamente, com vistas a aprofundar assuntos relevantes à área a partir de diferentes óticas.

O percurso temporal descrito neste trabalho foi marcado por sutis transformações na maneira com que se elaboram as notícias sobre o tema da transexualidade. As categorias que compõem os dados internos e que respondem à pergunta: “como dizer?” evidenciaram essas mudanças. A começar pelo espaço de relação, que procura entender a ligação entre os leitores e seu jornal onde cada um deles sabe o que esperar do outro. Nesse sentido entra a ideia de que o jornalismo é, antes de tudo, uma narrativa de acontecimentos. Para que a história se concretize para o leitor é preciso que ele já conheça uma série de informações que estão pressupostas no texto, caso contrário, a notícia perde o sentido. Essa perspectiva influencia o espaço de tematização, ou seja, quais assuntos foram abordados em cada época. Estas escolhas eram feitas sobre uma realidade múltipla e pinçadas se tornar notícia segundo uma teia de influências envolvendo a posição política do jornal, o que os leitores esperavam e o significado da imprensa, como um espaço de pluralidade e defesa da democracia e dos direitos humanos. As escolhas dos assuntos também definiram o espaço de locução, isto é, a quem se deu a palavra, ou como o jornalismo prefere chamar, as fontes citadas no texto ao longo tempo. Inicialmente eram somente especialistas; num segundo momento, registram-se as declarações de pessoas trans desde que estivessem de acordo com a notícia. E, finalmente, com o reconhecimento dos direitos civis em 2011 é que houve uma abertura para trazer expressões diversas.

## Discussão

Os resultados obtidos mostram que as notícias sobre transexualidade aumentaram ao longo do tempo. Esse dado é significativo porque indica que o assunto, aos poucos, ganha visibilidade por meio da imprensa.

No primeiro período, de 1969 a 1989, existem 15 textos que tratam de uma cirurgia feita sem respaldo jurídico e das consequências dessa ação, cujas principais vozes são de médicos e juristas. Essas notícias sobre o caso do Dr. Farina contribuem para constituir um enredo ainda em construção. Além disso, o artigo publicado no suplemento que busca explicar aos leitores o que é transexualismo do ponto de vista médico permite inferir que, de acordo com o jornal, nessa época, a transexualidade enquanto novidade a ser publicada era um assunto de cientistas, sem que houvesse a necessidade de dar voz às pessoas trans em nenhum momento.

No período seguinte, de 1990 a 2009, são publicados 32 textos com temas diversificados, concedendo espaço a novas tramas cotidianas, tais como cirurgia para adequação de sexo e mudança do nome. O jornal publica declarações de pessoas trans, geralmente uma frase que corrobora o ponto de vista do autor da matéria, sem dar espaço para uma narrativa própria – a única pessoa trans que teve destaque nesse conjunto de textos foi uma jornalista americana em visita ao Brasil. Ademais, a maior parte das matérias é publicada na seção Geral, destinada a assuntos sem um enquadramento definido, e as vozes mais frequentes ainda estão ligadas ao Direito e à Medicina.

De 2010 a 2015, último íterim analisado, são publicados 45 textos, que migraram, em sua maioria, da seção Geral para a seção Cidades/Metrópoles. Essa mudança parece estar relacionada com a transição de um assunto indefinido para um assunto que envolve a vida cotidiana das pessoas. O melhor exemplo disso é uma matéria sobre a adoção do nome social nos crachás (Estadão, 2010, p.41) e a visibilidade de personalidades transexuais brasileiras, como Léa T. e Laerte. Os assuntos tratados permitem que as pessoas trans manifestem seus pontos de vista em diferentes situações e que especialistas e estudiosos tragam recortes novos sobre o assunto, de modo que os médicos e juristas deixam de ser as principais vozes de referência.

Assim, de acordo com a caracterização feita a partir dos dados externos de uma situação de comunicação, percebe-se que o jornal buscou, inicialmente, enquadrar as notícias sobre o tema da transexualidade como questões individuais dentro de uma abordagem legal, que procurava lidar com aspectos relacionados à escolha do nome, ao acesso à cirurgia, ao tratamento no sistema penal, a empregos etc. É possível observar, ainda, que as notícias relacionadas aos movimentos civis LGBTQIA+ citam a existência dessas entidades sem entrar em detalhes sobre sua atuação e suas reivindicações, o que indica um reconhecimento da existência desses movimentos por parte do Estadão, mas não a concessão de um espaço a sua voz no jornal. Valorizam-se, assim, os direitos e as conquistas individuais, sem que haja lugar para o coletivo que atua em prol das pessoas trans.

Nessa direção, Darde e Morigi (2012, p. 12) explicitam que:

A visibilidade da população LGBT passa pela normatização de direitos e deveres, que tem o seu ponto principal na união estável. Uma das construções simbólicas de maior presença que circula nos textos jornalísticos são as representações da população LGBT ancorada em uma visão onde as relações conjugais monogâmicas heterossexuais são identificadas como padrão de “normalidade”. É a busca pelo “casamento” que inclui os homossexuais masculinos e femininos. (Darde; Morigi, 2012, p. 12)

Embora os autores não tratem especificamente sobre transexualidade, sua pesquisa evidencia um caráter “legalista” das matérias, que têm a ver com o ganho de direitos e o cumprimento de deveres da população LGBTQIA+, para, então, poder fazer parte da sociedade na forma como esta se organiza. Qualquer outra forma de manifestação, que fuja dessa ideia para trazer outras maneiras de vivenciar a sexualidade humana, é deixada de lado enquanto notícia. Pode-se dizer que essa forma de organização também é válida para o Estadão: as medidas do que seria “aceitável” pelo jornal foram expandidas, mas continuam sendo avaliadas dentro de um modelo hegemônico patriarcal e heteronormativo.

## Conclusões

Diante das considerações realizadas neste estudo, pode-se afirmar que o compromisso público-social sob o qual a imprensa é fundada levou o Estadão, ao longo do tempo, a registrar em suas páginas os acontecimentos de um grupo pouco visível socialmente, a ponto de ser possível perceber algumas tramas e transformações sociais relativas à temática. Assim, inicialmente, a transexualidade é noticiada a partir de um viés médico ou jurídico, para, somente depois de 40 anos, tornar-se foco de matérias sobre comportamento, personalidade e pequenas vitórias individuais e cotidianas.

Sabe-se que, mesmo um jornal conservador não pode ignorar o assunto da transexualidade devido à sua relevância política e social. Por outro lado, a dimensão privada e instrumental do Estadão, ancorado no lucro propiciado pelos anunciantes e leitores, bem como em sua ligação com um grupo social específico da sociedade, fez com que buscasse enquadramentos específicos para adequar as matérias acerca dessa temática ao seu projeto editorial.

## Referências

- ALVES, B.C.; MACEDO, V.R.; MANTELLO, P.F. 2015. Sem-teto e discurso hegemônico: reintegração de posse nos enquadramentos dos jornais Folha e Estadão. In: CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE MÍDIA CIDADÃ E V CONFERÊNCIA SUL-AMERICANA DE MÍDIA CIDADÃ, Bauru, 2015, Bauru. Anais [...]. p.1-5
- ARÁN, M. A transexualidade e a gramática normativa do sistema sexo-gênero. 2006. *Ágora* 9(1): 49-63. <https://doi.org/10.1590/S1516-14982006000100004>
- BARDIN, L. 2017. *Análise de conteúdo*. Edições 70: Lisboa. 288 p.
- BENTO, B. 2008. *O que é transexualidade*. Brasiliense: São Paulo. 223 p.
- BORBA, R. 2015. Linguística Queer: Uma perspectiva pós-identitária para os estudos da linguagem. *Entrelinhas*, 9(1): 91-107. <https://doi.org/10.4013/10378>
- BRAZ, C.; ALMEIDA, A. S. 2020. Espera, paciência e resistência. Reflexões antropológicas sobre transexualidades, curso de vida e itinerários de acesso à saúde. *Revista de Antropologia*. 63(2): 1-17. <http://dx.doi.org/10.11606/2179-0892.ra.2020.170813>
- BUTLER, J. 2003. *Os problemas de gênero*. Civilização Brasileira: São Paulo. 288 p.
- CARVALHO, D. S. de. 2014. *O gênero e a ciência da saúde: produção em torno da transexualidade no Portal de pesquisa da Biblioteca Virtual de Saúde*. São Paulo, SP. Dissertação (Mestrado em Ciências). Universidade de São Paulo. 105 p.
- CHARAUDEAU, P. 2012. *O discurso das mídias*. Contexto: São Paulo. 288p.
- DARDE, V.; MORIGI, V. 2012. Diversidade sexual no jornalismo brasileiro: um estudo sobre as representações da população LGBT nos jornais Folha de S. Paulo e o Estado de S. Paulo. *Brazilian Journalism Research*. 8(1): 49-165. <https://doi.org/10.25200/BJR.v8n1.2012.396>
- DIAS, L. A. 2017. Os trabalhadores nas páginas do Estadão: “Demonização” e criminalização dos movimentos de trabalhadores rurais e urbanos (1963-1964) no jornal O Estado de S. Paulo. *Revista História & Perspectivas*. 57: 13-42. <https://doi.org/10.14393/HeP-v30n57-2017-1>
- DORNELLES, R. A.; FONSECA, V. P. S. 2013. O jornalismo como história imediata. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, 10(1):121-144. <https://doi.org/10.5007/1984-6924.2013v10n1p121>

ESTADÃO. 1969. *Plástica busca novos rumos*. São Paulo. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19690323-28820-nac-0026-999-26-not>. Acesso em: 24 mai. 2021.

ESTADÃO. 1977. *INPS financiará mudança de sexo*. São Paulo. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19770420-31313-nac-0024-999-24-not>. Acesso em: 24 mai. 2021.

ESTADÃO. 1978. *Transexualismo*. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19781015-31775-nac-0217-cul-7-not>. Acesso em: 26 mai 2021.

ESTADÃO. 1979. *A diferenciação psicossocial*. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19790729-32016-nac-0181-cul-13-not>. Acesso em: 26 mai 2021.

ESTADÃO. 1990. *Juiz casa transexual com homem em Recife*. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19900303-35290-nac-0010-999-10-not/busca/transexual>. Acesso em: 16 abr. 2021.

ESTADÃO. 2009a. *O direito à união com direitos*. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20090726-42285-spo-199-ali-j6-not/busca/transexuais>. Acesso em: 16 abr. 2021.

ESTADÃO. 2009b. *Jornalismo na web livre de preconceito*. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20090427-42195-spo-61-inf-l8-not/busca/transg%C3%AAnero>. Acesso em: 16 abr. 2021.

ESTADÃO. 2010. *Novo nome no crachá. E uma vida modificada*. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20100606-42600-nac-41-cid-c5-not>. Acesso em: 16 abr. 2021.

ESTADÃO. 2013a. *Brasil reduz idade para mudança de sexo. E uma vida modificada*. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20130423-43652-nac-3-edi-a3-not>. Acesso em: 16 abr. 2021.

ESTADÃO. 2013b. *SUS reduz de 21 para 18 anos idade para troca de sexo*. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20130422-43651-nac-13-cid-a13-not>. Acesso em: 16 abr. 2021.

ESTADÃO. 2020. *Código de Ética*. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/codigo-etica/codigo-de-etica.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2020.

GOMES, R. A.; GOMES, M. C. A. 2015. O Discurso como Prática Social: “Valdemar Morreu! Eu Sou Valéria Vasques, a Bandida!” – a Construção Identitária Transexual no Programa Zorra Total. *Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades*. 9, (13):377-400. <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/9663>

GUILHERME, C. A. S. Almeida. 2018. A imprensa como ator político-ideológico: o caso do jornal O Estado de S. Paulo. *Dimensões*. 40:199-223. <https://doi.org/10.23871/dimensoes-n40-17905>

JÁCOME, M. de Q. D.; LIMA, L. G. A opinião do Estadão nas rupturas políticas de 1964 e 2016. 2018. In: *Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste*, 20, Campo Grande. Anais [...]. Campina Grande. p. 1-15

LEAL, B. S.; CARVALHO, C. A. 2009. Sobre jornalismo e homofobia ou: pensa que é fácil falar?. *E-compós*. 12(2):1-15. <https://doi.org/10.30962/ec.214>

- MARTINS, R. C. As estratégias discursivas no discurso jornalístico: a cobertura da Parada Gay de 2008 pela Folha e Estadão e seus possíveis efeitos de sentido. 2018. In: *Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade*, 7, Rio Grande. Anais [...]. Rio Grande. p.1-7.
- MOTTA, L. G. Jornalismo e configuração narrativa da história do presente. 2004. *E-Compós*. **1**: 1-13. <https://doi.org/10.30962/ec.8>
- MOTTA, R. P. S. 2017. Entre a liberdade e a ordem: o jornal O Estado de São Paulo e a ditadura (1969-1973). *Estudos Ibero-Americanos*. **43**(2):367-379. <https://doi.org/10.15448/1980-864X.2017.2.26037>
- PACHECO, R. A. S.; PACHECO, I. S. 2016. Direito, violências e sexualidades: a transexualidade em um contexto de direitos. *Revista Estudos Socio-Jurídicos*. **18** (2):201-226. <https://doi.org/10.12804/esj18.02.2016.07>
- PETRY, A. R.; MEYER, D. E. Transexualidade e heteronormatividade: algumas questões para a pesquisa. 2011. *Textos & Contextos*. **10**(1):193-198. <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/fass/article/view/7375>
- SANTIAGO, S. Crítica literária e jornal na pós-modernidade. 1993. *Aletria: Revista de Estudos de Literatura*. **1**:11-17. <http://periodicos.letras.ufmg.br/index.php/aletria/article/view/1076/1176>.
- SOLL, Bianca Machado Borba. *Incongruência de Gênero: um estudo comparativo entre os critérios diagnósticos CID-10, CID-11 e DSM-5*. 2016. Porto Alegre, RS. Dissertação [Mestrado] – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 66p.
- SPENTHOF, E. L. *Jornalismo e sociedade: o lugar da mediação profissional e da informação tratada como res pública*. 2015. Brasília, DF. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade de Brasília, 230 p.
- STURZA, J. M.; SCHORR, J. S. Transexualidade e os direitos humanos: tutela jurídica ao direito à identidade. 2015. *Revista Jurídica Cesumar*. **15**(1):265-283. <https://177.129.73.3/index.php/revjuridica/article/view/4101/2591>
- TEIXEIRA, F. do B. Histórias que não têm era uma vez: as (in)certezas da transexualidade. 2012. *Revista Estudos Feministas*. **20**(2):501-512. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2012000200011>

Submetido: 07/07/2022

Aceito: 09/10/2023